



FUNDADA EM 1882

Plano de Actividades e Orçamento

2013

Assembleia - Geral Ordinária

8 de Novembro 2012



PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO 2013

Apresentado à Assembleia-Geral de

8 de Novembro 2012



INTRODUÇÃO

Junho deste ano tinha sido a data consagrada para a devolução do nosso Hospital por parte do Estado.

A formalização somente ocorreu em 01 Outubro.

O Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2012 apenas foi aprovado em Assembleia – Geral de 29 de Março, como é habitual em anos de realização de Eleições, como foi o caso.

Apesar destes constrangimentos, cumpre-se o imperativo estatutário e preceitos legais com a competente apresentação do Plano de Actividades e o Orçamento para 2013 à Assembleia – Geral da Associação do Hospital de Crianças Maria Pia.

ENQUADRAMENTO

No Plano de Actividades e Orçamento para o corrente ano, afirmámos que « pela primeira vez e desde que assumimos funções de Direcção na nossa Associação 09/01/2012 o Plano de Actividades e Orçamento 2012 obedeceu a um processo muito profundo de reflexão estratégica, em atenção a duas condicionantes vitais: em primeiro lugar, pela projecção deste Plano para o triénio da Direcção e, em segundo lugar, pela viragem histórica que finalmente irá sofrer o nosso Hospital, razão primeira da nossa função e existência».

É curial registar que a DEVOLUÇÃO do nosso Hospital ocorreu da forma mais ordinária que poderíamos imaginar: não julgávamos ser possível, 38 anos depois da revolução que implantou a democracia consagrada na Constituição Portuguesa e, apesar das citações das vias ainda, para os Socialismos, que, os dois partidos do Governo se portassem de forma tão insolente para com a Associação, quer através do seu Ministro de Saúde que ainda não se dignou considerar as várias cartas de Estado que lhe enviámos, ou, pelo menos, ainda



não nos deu qualquer satisfação até ao momento e, por parte do representante do inquilino, Administração do Centro Hospitalar do Porto, E.P.E. que também não mais se dignou a cumprir o combinado com a Associação na reunião de 31 de Janeiro deste ano.

Curiosamente estamos perante um Governo que engloba os mesmos partidos daqueles que compuseram a Aliança Democrática e que, por via disso, com um estadista da estirpe de Francisco Sá Carneiro que, como Bom Portuense aprovou em Conselho de Ministros o ACORDO que viria a encetar com a Associação, tendo mandatado o Ministro Morais Leitão para concretizar esse ACORDO e estabelecer um Contrato de Arrendamento, sinónimo do reconhecimento do pleno direito sobre a propriedade.

Acresce que, apesar do Auto de Entrega do Hospital citar que o Centro Hospitalar do Porto procede à **entrega, livre de pessoas e coisas**, certo é que nos devolveram uma coisa totalmente vandalizada e com dois ónus.

Aproveita-se para ser registado, apenas a título de informação à Assembleia – Geral que a Direcção está determinada e perfeitamente ajustada no tempo para exigir todas as indemnizações que serão prementes e em ordem a todos os danos impostos.

Também será conveniente registar que, conforme as estratégias de há longa data estabelecidas e aprovadas pelas Assembleias – Gerais anteriores, a primeira conveniência para Associação era o recebimento do nosso Hospital no estreito dever de podermos reiniciar a nossa vocação e cumprimento das obrigações estatutárias, de voltar à actividade hospitalar assim que fossem criadas as condições proporcionadas pelo Estado.

Esse tempo está confirmado pelos assentos anteriores.

É, por conseguinte, apesar de todas as agruras, um tempo de tristeza pela forma anacrónica da devolução, mas, um tempo de alegria que o Estado não mais quer administrar o nosso Hospital, permitindo-nos que o façamos.

Começou uma nova era.

E é como começarmos do princípio, do nada: vale-nos apenas que temos as quatro paredes e só isso.

Será de todo interessante mostrar que, de facto, a História tem a tendência para a repetição dos factos.

Por isso, não resistirei à citação de uma moção que José Joaquim Leite Guimarães, o Barão de Nova Sintra pede a D. Luiz I e à Rainha D. Maria Pia por ocasião de Dezembro de 1863 quando Suas Altezas Reais de visita ao Porto se instalaram no palácio das Carrancas:



“Senhor: nem me falta vontade, nem o custo desta empresa de caridade abranda a minha perseverança; mas podem ser perdidos os meus esforços se os poderes públicos me não auxiliarem...

Não contava com desgostos! Mas contava com a Providência que não me desampará. E se não posso ainda mostrar a V. Majestade, nem as primeiras pedras desse estabelecimento, mostro o alicerce de um deles, nestas 36 inocentes crianças já recolhidas em casa apropriada provisoriamente neste asilo... E para mais brilho e firmeza desta solenidade, submissa e respeitosamente suplico a V. Majestade e à Rainha muito adorada, se dignem honrar com as suas assinaturas a acta que para esse fim tenho a honrar de lhes apresentar.”

Já não temos Rei nem a que foi nossa Protectora, D. Maria Pia.

Temos Presidente que, com certeza não voltará a consubstanciar o que afirmam em dia de greve nacional no ano de 1988, então na qualidade de primeiro-ministro, Aníbal Cavaco Silva: “em breve serão alargadas as instalações para servir ainda melhor as Crianças doentes do Norte do País”...

A palavra do Barão de Nova Sintra, porque de Homem Bom e Caridoso, foi cumprida e o Colégio do Barão de Nova Sintra foi uma realidade.

Outras palavras levaram-nos o vento...

O que equivale a dizer que a Associação estará entregue à sua sorte.

A primeira acção sobre o nosso Hospital está em marcha: devolver-lhe o que julgamos ser as condições mínimas de segurança no tocante a instalações e sistemas de segurança propriamente ditos e de anti-intrusão; o levantamento exaustivo de todas as anomalias detectadas, compartimento por compartimento, com a finalidade de apurar o montante indemnizatório a ser exigido ao Ministro de Saúde, assim como da resolução dos ónus devolvidos e não aceites.

A segunda acção, a exigência do cumprimento do legado de Marta Ortigão Sampaio no que respeita à doação ao Hospital Maria Pia da Casa de S. Mamede, agora que o Hospital Maria Pia não mais é do Estado, na sua forma de gestão, que de direito nunca o foi nem será.

A terceira acção será de se mandar proceder ao levantamento rigoroso do projecto de arquitectura existente e das instalações especiais também existentes, com a finalidade de ser iniciada a adaptabilidade do Hospital às



futuras funções, que se pretende tenham um debate alargado em Assembleia – Geral.

Nesta perspectiva e, enquanto o Estatuto das IPSS não for alterado ou revisto no quadro da lei de bases para a economia social, não merecia que alterássemos os nossos Estatutos porém, em ordem a ser considerada e estruturada devidamente a nova era e a clara inadaptação dos nossos Estatutos a essa era, tomaremos de imediato essa tarefa de reorganização e proposta à Assembleia – Geral para o início do novo ano.

O Plano de Actividades para o ano corrente já contextualizava várias frentes de actividade entre os Associados, na forma de diversos estudos, workshops, parcerias de saberes, contratualização de eventuais parcerias tendentes a ser dado um destino funcional, ou vários, ao Hospital, indubitavelmente sustentabilizado.

Pelo cronograma de acontecimentos, está, desde já, na hora de iniciarmos esses debates internos.

Isto posto, este Plano de Actividades para o próximo ano, será o que a Assembleia – Geral decidir quanto aos caminhos encontrados para o nosso Hospital.

E, assumindo o imperativo estatutário e preceitos legais, propõe-se à Assembleia – Geral que este Plano de Actividades fique em suspenso até à constatação das decisões havidas que se traduzirão numa proposta final, devidamente orçamentada.

Entretanto, é dever informar a Assembleia – Geral quanto e apenas a certezas de RECEITAS e DESPESAS PREVISIONAIS para 2013 que serão do teor da folha anexa.

A Direcção,



ORÇAMENTO PARA 2013

RECEITAS

Proveitos e Ganhos Financeiros.....	60.000,00 €
Proveitos e Ganhos Extraordinários.....	388.000,00 €
Total.....	448.000,00 €

DESPESAS

Obras Diversas.....	260.650,00 €
Fornecimento e Serviços Externos.....	73.000,00 €
Custos com Pessoal.....	36.500,00 €
Amortizações.....	65.000,00 €
Outros Custos Operacionais.....	100,00 €
Encargos Financeiros.....	350,00 €
Custos e Perdas Extraordinários.....	12.400,00 €
Total.....	448.000,00 €

Porto, 22 de Outubro 2012

A Direcção



PARECER DO CONSELHO FISCAL

- O Orçamento apresentado, revela forte incremento dos encargos com obras diversas, compensando à partida com os proveitos extraordinários. Se confirmarem as receitas previstas, o orçamento está perfeitamente equilibrado uma vez que as receitas igualam as despesas.
- Partindo desse pressuposto, e com base no Orçamento apresentado, podemos prever um ano de 2013 em linha de conta com anos anteriores, no que ao equilíbrio financeiro diz respeito.

O Conselho Fiscal